

Aracruz cria cinco RPPNs na Mata Atlântica

As áreas de conservação totalizam mais de 5 mil hectares das propriedades da empresa no Espírito Santo e na Bahia

27/08/2005 - (Press Release) - A Aracruz Celulose firmou contrato de cooperação com o Instituto BioAtlântica para a criação de cinco novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Corredor Central da Mata Atlântica - que vai desde o Espírito Santo até o sul da Bahia - somando mais de 5 mil hectares em unidades de conservação.

Atualmente há 37 RPPNs no Corredor Central da Mata Atlântica, protegendo cerca de 11 mil hectares. As cinco novas reservas da Aracruz representarão um aumento de 48% na área protegida por esta categoria de manejo e de 14% no número de RPPNs neste corredor. No estado do Espírito Santo este impacto é ainda maior. As 3 novas RPPNs praticamente dobrarão o número de reservas e multiplicarão por quatro a área protegida hoje por unidades desta categoria.

"A decisão da Aracruz de criar estas RPPNs é benéfica para a preservação da Mata Atlântica, pois vai aumentar o grau de proteção dessas áreas e reafirmar o compromisso da empresa com o meio ambiente e com a conservação do bioma", afirma o gerente de Meio Ambiente da Aracruz, Ricardo Mastroti.

As áreas selecionadas abrigam espécies ameaçadas de extinção e estão localizadas em áreas estratégicas para a formação de corredores ecológicos. Entre as duas novas reservas da Bahia, uma delas será a segunda maior RPPN do Corredor Central, com mais de 2.900 hectares.

"As RPPNs representam uma das estratégias mais bem sucedidas para a formação de corredores ecológicos, uma vez que não implicam desapropriação e garantem a participação direta da sociedade nos esforços de conservação da biodiversidade", avalia o coordenador de conservação em terras privadas do Instituto BioAtlântica (IBio), Beto Mesquita. O IBio é uma organização conservacionista sem fins lucrativos com a missão de contribuir para a conservação e a recuperação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, promovendo a utilização da biodiversidade de forma sustentável.

Depois do reconhecimento destas áreas como RPPNs pelo Ibama, a Aracruz vai elaborar os planos de manejo, com o apoio do IBio. "É o plano de manejo que define os programas, as ações e as atividades que serão desenvolvidas em cada uma das reservas, de acordo com seus atributos naturais e segundo as decisões da empresa", explica Mesquita. A legislação brasileira define três tipos de atividades que podem ser desenvolvidas em uma RPPN: visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica.

Sobre RPPNs

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são unidades de conservação em terreno privado, criadas por iniciativa do proprietário da área, mediante ato de órgão governamental de meio ambiente. O principal objetivo das RPPNs é a conservação da diversidade biológica da área protegida.

Nas RPPNs o dono da terra continua sendo o proprietário, que pode contar com o apoio dos órgãos públicos de meio ambiente e das entidades ambientalistas no planejamento do uso, manutenção e proteção dessas reservas.

"Diversas pesquisas já demonstraram que os parques e reservas públicos não são suficientes para assegurar a conservação do meio ambiente. As RPPNs funcionam como um excelente complemento para os esforços governamentais e um exemplo da participação da sociedade na conservação da natureza", afirma Beto Mesquita. Esta ferramenta é especialmente útil no caso da Mata Atlântica, bioma que já sofreu muito impacto e onde mais de 80% das florestas remanescentes são particulares.